

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO

Edital n. 01/2007 – ALMG

**ANALISTA LEGISLATIVO
CONSULTOR EM DIREITO / ÁREA II**

Direito Tributário

Código 213

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Este caderno contém a **Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos**.

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assinie, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta**;
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

CUIDE BEM DELA, ELA É A SUA PROVA.

No período estabelecido para a realização da **prova**, está incluído o tempo necessário à transcrição das respostas do rascunho para a **Folha de Respostas**.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2007-ALMG, "Será eliminado do concurso o candidato que [...] **portar arma** no local de realização das provas [...] **portar** ou fizer uso de **quaisquer equipamentos eletrônicos e/ou instrumentos de comunicação** [...] **celular** [...] ou **outros similares** [...]" (subitem 8.2, alíneas "f" e "g").

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: QUATRO HORAS

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **60 (sessenta) questões de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o **imediatamente** ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, **não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.**

➤ Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

Questão 01

No que tange à publicidade de órgão público, conforme disciplinada pela Constituição do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social.
- B) Na mensagem publicitária de órgão público não constarão nome, símbolo ou imagem que caracterizem a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.
- C) A mensagem publicitária deverá fazer referência a aspectos da cultura e da tradição da comunidade mineira.
- D) Os Poderes do Estado e do Município, incluídos os órgãos que os compõem, publicarão, trimestralmente, o montante das despesas com publicidade pagas, ou contratadas naquele período com cada agência ou veículo de comunicação

Questão 02

Sobre a **capacidade de auto-organização** do Estado-membro, conforme delineada na Constituição da República de 1988 e no respectivo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é **INCORRETO** afirmar que ela

- A) atribui poderes constituintes à Assembléia Legislativa.
- B) origina o poder constituinte derivado-decorrente.
- C) confere autonomia política ao Estado-membro para se auto-organizar.
- D) reputa-se manifestação da soberania estadual.

Questão 03

Quanto aos requisitos da Constituição da República para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, é preciso

- A) divulgar Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei.
- B) que a Assembléia Legislativa, mediante lei complementar, aprove a medida.
- C) ouvir a população diretamente interessada, na forma da lei, mediante plebiscito.
- D) observar o período fixado em lei ordinária federal.

Questão 04

Em relação à atividade pública que, de acordo com a Constituição da República de 1988, é de exclusiva titularidade do Estado-membro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Serviços locais de gás canalizado
- B) Serviços de fornecimento de energia elétrica
- C) Serviço postal
- D) Programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico

Questão 05

Com relação às atribuições das comissões da Assembléia Legislativa, conforme descrito no Regimento Interno da Casa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Realizar audiência pública em regiões do Estado, para subsidiar o processo legislativo, observada a disponibilidade orçamentária.
- B) Apreciar plano de desenvolvimento e programa de obras do Estado, de região metropolitana, de aglomeração urbana e de microrregião.
- C) Exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, entre outros.
- D) Propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem da competência regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de resolução.

Questão 06

Sobre as hipóteses em que cabe, nos termos da Constituição da República de 1988, a intervenção do Estado-membro em Municípios, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não pagamento da dívida fundada por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.
- B) Não prestação das contas devidas, na forma da lei.
- C) Não aplicação, pelos municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) Ofensa aos princípios da Constituição da República, após provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação a ele dirigida.

Questão 07

Acerca da forma de fixação dos subsídios dos membros do Poder Legislativo, conforme estabelecida na Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os subsídios dos deputados estaduais são fixados em lei complementar.
- B) Os subsídios dos vereadores não precisam ser fixados em lei.
- C) Os subsídios dos deputados federais são fixados em lei ordinária.
- D) Os subsídios dos senadores são fixados em lei complementar.

Questão 08

Sobre algumas das situações que, nos termos dos dispositivos da Constituição da República de 1988, configuram crime de responsabilidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Ministro de Estado que, sem justificar, não comparece a convocação do Senado Federal, relativa à prestação de informação sobre assunto previamente determinado.
- B) Ministro de Estado que, no prazo de 30 dias, não responde a pedido escrito de informação da Mesa da Câmara dos Deputados.
- C) Presidente da República que atenta contra a probidade na administração.
- D) Presidente da República que comete infração penal comum relacionada ao exercício das suas funções.

Questão 09

Com relação às seguintes hipóteses de perda de mandato de deputado estadual, mediante declaração da Mesa da Assembléia Legislativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Procedimento incompatível com o decoro parlamentar
- B) Ausência, em sessão legislativa, à metade das sessões ordinárias
- C) Decretação da perda do mandato pela Justiça Eleitoral
- D) Condenação criminal em sentença transitada em julgado

Questão 10

Sobre as matérias que, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, são de iniciativa privativa da Mesa da Assembléia, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Elaboração do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.
- B) Elaboração do regulamento geral, que disporá sobre a organização da Secretaria da Assembléia Legislativa, seu funcionamento, sua polícia, criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração.
- C) Criação e extinção de cargo e função públicos e fixação de vencimentos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e dos servidores da sua Secretaria.
- D) Criação de entidade da administração indireta da Assembléia Legislativa.

Questão 11

No que diz respeito à participação do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo, nos termos do que dispõe a Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O prazo para sancionar ou vetar projeto de lei é de 15 dias úteis.
- B) A sanção deve ser motivada.
- C) O veto pode basear-se em argumentos de ordem jurídica.
- D) A atribuição de sancionar ou vetar é indelegável.

Questão 12

Sobre as normas da Constituição da República de 1988 referentes ao processo legislativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Não se admite aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidência da República.
- B) É de iniciativa privativa do Presidente da República a lei que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.
- C) A matéria de projeto de lei rejeitado só pode ser objeto de novo projeto, na mesma legislatura, se proposta pela maioria absoluta dos membros da Câmara e do Senado.
- D) É possível delegar ao Chefe do Poder Executivo competência para a elaboração de lei delegada referente à elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Questão 13

Com relação às normas da Constituição da República aplicáveis ao Legislativo estadual, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Será de setenta e sete o total de deputados estaduais de Assembléia Legislativa cujo Estado seja representado na Câmara de Deputados por 41 deputados federais.
- B) Os subsídios dos deputados estaduais podem ser inferiores a 75% dos subsídios em espécie fixados para os deputados federais, observadas as demais normas constitucionais pertinentes.
- C) Os deputados estaduais, entre outras coincidências normativas, têm o mesmo tipo de imunidade dos deputados federais quanto às opiniões, palavras e votos que proferem.
- D) O mandato dos deputados estaduais é de quatro anos, embora a Constituição da República não estabeleça, expressamente, a data em que eles devam entrar em exercício.

Questão 14

Sobre o quantitativo de votos de membros de tribunal que a Constituição da República de 1988 exige para a declaração de inconstitucionalidade de ato normativo do Poder Público, em face dos seus dispositivos ou dos dispositivos da Constituição do Estado, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Voto da maioria simples dos membros dos tribunais competentes ou dos membros do respectivo órgão especial.
- B) Voto de dois terços dos membros dos tribunais competentes ou dos membros do respectivo órgão especial.
- C) Voto da maioria absoluta dos membros dos tribunais competentes ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D) Voto de três quintos dos membros dos tribunais competentes ou dos membros do respectivo órgão especial.

Questão 15

Acerca da suspensão da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme estabelecido na Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Tal suspensão configura expressa prerrogativa do Senado Federal.
- B) Tal suspensão opera efeitos retroativos, automaticamente.
- C) Tal suspensão não opera efeitos *erga omnes*.
- D) Tal suspensão é feita por meio de lei, em sentido formal.

Direito Administrativo

Questão 16

Considere as seguintes afirmativas sobre a invalidação do ato administrativo.

- I. Não podem ser revogados os atos administrativos vinculados.
- II. Revogação é ato administrativo vinculado.
- III. A anulação produz efeitos *ex tunc*.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 17

Considere as seguintes afirmativas relativas aos poderes administrativos.

- I. Poder regulamentar é aquele deferido aos chefes de Poder Executivo para editar atos administrativos assemelhados a lei, porque são gerais, abstratos, imperativos, coercitivos e têm o condão de inovar a ordem jurídica.
- II. A omissão do Poder Executivo quanto à edição de decretos regulamentares não pode ser enfrentada com uso do mandado de injunção, porque a ação se volta exclusivamente para a hipótese de omissão legislativa.
- III. A imposição pela Administração Pública de multa a particular que descumpra normas sobre edificação traduz manifestação de poder administrativo disciplinar.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 18

Considere as seguintes afirmativas sobre os atributos do ato administrativo.

- I. Determina especificamente o atributo da auto-executoriedade que o ato administrativo se impõe a terceiros independentemente da concordância desses.
- II. O ato dotado de auto-executoriedade, exatamente porque dispensa qualquer tipo de autorização do Poder Judiciário, não se submete ao controle desse Poder.
- III. A tipicidade é atributo ostentado unicamente pelos atos que contêm sanções, ou seja, os atos administrativos punitivos.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 19

Segundo a lei federal que dispõe sobre a matéria, é **INCORRETO** afirmar que o consórcio público

- A) depende de lei de cada partícipe que ratifique o protocolo de intenções.
- B) pode declarar e promover desapropriação.
- C) pode ser contratado pela Administração dos entes consorciados, dispensada a licitação.
- D) tem personalidade jurídica.

Questão 20

Considere a seguinte situação.

A autorização de uso dada pelo poder público a um particular deve ser extinta em face do advento de legislação que a proíbe.

Tem-se, na hipótese, a extinção do ato administrativo por

- A) anulação.
- B) caducidade.
- C) cassação.
- D) revogação.

Questão 21

O ato administrativo que já completou seu ciclo de formação, mas não pode ainda surtir efeitos porque se sujeita a uma determinada condição, é classificado como

- A) complexo.
- B) imperfeito
- C) consumado.
- D) pendente.

Questão 22

Considere a seguinte situação.

Uma determinada norma contida em uma lei estadual sobre processo administrativo prevê que o processo não deve se alongar demasiadamente, a ponto de seu resultado se revelar tardio ou inútil, nem deve ter curso tão célere que comprometa seus objetivos e prejudique os direitos das partes, em especial, o da ampla defesa e do contraditório.

A referida norma constitui emanção ou manifestação específica do princípio da Administração Pública da

- A) eficiência.
- B) legalidade.
- C) impessoalidade.
- D) razoabilidade.

Questão 23

Considere a seguinte situação.

A União pretende desapropriar um determinado bem imóvel por utilidade pública. Constata-se, porém, que o referido bem pertence ao Estado de Minas Gerais.

Nessa hipótese, é **CORRETO** afirmar que

- A) a desapropriação poderá ser feita, dependendo, contudo, de lei federal que a autorize.
- B) a desapropriação poderá ser feita dependendo, contudo, de lei do Estado de Minas Gerais que a autorize.
- C) a desapropriação não poderá ser feita porque os bens públicos são inalienáveis.
- D) a desapropriação não poderá ser feita porque a lei veda expressamente que esse tipo de intervenção recaia sobre bens públicos.

Questão 24

A exigência feita em lei municipal no sentido de que o proprietário de lotes não edificados mantenha a propriedade murada e limpa constitui

- A) limitação administrativa.
- B) servidão administrativa.
- C) ocupação temporária.
- D) restrição de vizinhança.

Questão 25

Segundo o atributo da imprescritibilidade, os bens públicos não podem

- A) ser alienados.
- B) ser objeto de penhor.
- C) ser objeto de penhora.
- D) ser objeto de usucapião.

Questão 26

Analise as seguintes afirmativas sobre os órgãos públicos e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Expressam, por meios de seus agentes, a vontade da pessoa que integram.
- B) Respondem judicialmente por seus próprios atos.
- C) Sua relação com o Estado se explica pela teoria da representação.
- D) Constituem unidades de competência e atuação dotadas de personalidade jurídica.

Questão 27

É **CORRETO** afirmar que o tombamento

- A) pode acarretar restrições ao direito de propriedade também para os proprietários de imóveis vizinhos ao bem tombado.
- B) impede a transferência onerosa do bem.
- C) impede que o bem seja retirado do País, salvo na hipótese em que se destine a compor, por herança, o patrimônio de pessoa residente no exterior.
- D) não pode incidir sobre bens públicos não pertencentes à pessoa pública que promove a intervenção.

Questão 28

Assinale a alternativa que contém, respectivamente, (1) uma modalidade de licitação; (2) um tipo de licitação; (3) uma modalidade de contrato administrativo.

- A) Concurso, convite e autorização de uso
- B) Registro cadastral, concorrência e contrato de cessão
- C) Melhor lance ou oferta, leilão e delegação
- D) Pregão, melhor técnica e concessão administrativa

Questão 29

Na célebre definição de Seabra Fagundes, segundo a qual “[...] administrar é aplicar a lei de ofício” está implícito o princípio da

- A) eficiência.
- B) continuidade do serviço público.
- C) legalidade.
- D) oficialidade.

Questão 30

O ato unilateral pelo qual a Administração de um determinado Município faculta a um particular o uso privativo e gratuito de espaço existente em praça pública para instalação e exploração de banca de revista é

- A) a concessão de uso.
- B) a licença.
- C) a permissão de uso.
- D) o comodato.

Direito Previdenciário

Questão 31

Considerando o que determina o Regime Geral da Previdência Social, é **CORRETO** afirmar que

- A) a concessão do benefício de auxílio-doença dependerá sempre de carência de 12 contribuições, as quais deverão ser apuradas sem perda da qualidade de segurado.
- B) a concessão do benefício de pensão por morte presumida do segurado independe de declaração judicial e de prazo de ausência de seis meses.
- C) a concessão do benefício de auxílio reclusão aos dependentes do segurado recolhido à prisão independe de o segurado estar ou não recebendo auxílio-doença.
- D) a concessão do auxílio-acidente na forma da legislação em vigor, benefício de natureza indenizatória, independe de carência, mas não pode ser acumulado com qualquer outra aposentadoria.

Questão 32

Considerando as regras constitucionais e legais relativas ao Regime Geral de Previdência Social, é **CORRETO** afirmar que

- A) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor da média dos proventos de janeiro a dezembro, sendo paga em duas parcelas.
- B) a Constituição Federal assegura a cobertura do risco de acidente de trabalho com participação concorrente do regime geral de previdência social e setor privado.
- C) o sistema de inclusão previdenciária para atender os trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência tem alíquotas, tempo de contribuição e idade inferiores às vigentes para os demais trabalhadores.
- D) os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial não se aplicam na organização do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 33

Em relação ao regime previdenciário do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que

- A) o Estado tem competência constitucional para cobrar de seus servidores de cargo efetivo, para custeio, em benefícios destes, contribuição cuja alíquota não pode ser inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.
- B) a segurada gestante fará jus à licença-maternidade por cento e oitenta dias, com remuneração não superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social.
- C) sempre que se extinguir o benefício de pensão por morte para um dependente, não se procederá a qualquer rateio, cessando o benefício com a extinção do direito do último dependente da mesma classe.
- D) o servidor de cargo efetivo (servidor de sexo masculino) será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade e a servidora aos 65 anos de idade.

Questão 34

Em relação ao **fator previdenciário** instituído pela Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999, é **CORRETO** afirmar

- A) que ele incide no cálculo das aposentadorias do regime geral de previdência social e nos regimes próprios de previdência dos servidores públicos efetivos dos municípios, estados e União.
- B) que ele incide no cálculo das pensões apenas naqueles benefícios cujo valores dos proventos superem o teto definido no art. 37 da Constituição Federal.
- C) que, no seu cálculo consideram-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do(a) segurado(a) ao se aposentar.
- D) que a expectativa de sobrevida do(a) segurado(a) na idade de aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade apurada anualmente pela SUSEP, considerando-se a média estadual separada por sexo.

Questão 35

Em relação ao Regime Geral de Previdência Social, é **CORRETO** afirmar que

- A) os valores (dos salários-de-contribuição) serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios da prestação continuada da Previdência Social, exceto no que diz respeito aos salários-de-contribuição dos segurados domésticos.
- B) as alíquotas incidentes sobre os salários-de-contribuição dos segurados na categoria contribuinte individual, exceto o facultativo, obedecerão os percentuais de 8% (oito por cento) a 11% (onze por cento), observado o valor mínimo e teto, conforme tabela legal.
- C) a contribuição previdenciária patronal de 20% (vinte por cento) calculada sobre a folha de salários deverá respeitar os valores do mínimo legal (salário-mínimo) e o teto legal aplicável aos salários-de-contribuição.
- D) as contribuições sociais, conforme prescreve a Constituição Federal, somente poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

Direito Tributário e Financeiro

Questão 36

Considerando o conceito de tributo e a classificação de suas espécies, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A sanção de natureza pecuniária, oriunda da não observância da obrigação tributária acessória ou do não pagamento de tributo, é considerada crédito tributário, mas não é tributo.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia, por obra pública ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- C) O crédito tributário oriundo da contribuição de melhoria de uma determinada obra pública, de acordo com o Código Tributário Nacional, poderá ultrapassar o custo total da obra, já que este deverá ser calculado levando-se em conta a valorização que os imóveis sofreram, devendo-se cobrar de cada contribuinte, individualmente, o valor correspondente à valorização do seu imóvel.
- D) O tributo caracteriza-se como sendo uma prestação pecuniária e compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e exigida mediante atividade administrativa discricionária da repartição fazendária.

Questão 37

Considerando a competência tributária e seus limites, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A competência tributária é indelegável, podendo, no entanto, ser delegada a fiscalização ou arrecadação dos tributos, bem como a execução de atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- B) A União, no exercício de sua competência extraordinária, poderá criar impostos não previstos no texto constitucional, estabelecidos em lei complementar, mas que não sejam cumulativos e nem tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos já existentes.
- C) A União poderá instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, não precisando, nesta hipótese, obedecer ao princípio da anterioridade.
- D) O exercício da competência das contribuições de interesse de categoria profissional ou econômica, assim como das contribuições de intervenção no domínio econômico, é exclusivo da União, de acordo com o texto constitucional vigente.

Questão 38

Considerando os princípios constitucionais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público, é manifestamente vedada pelo texto constitucional.
- B) O princípio da anterioridade veda a exigência de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como há que se obedecer o prazo de noventa dias da data em que haja sido publicada a referida lei, salvo os casos previsto na legislação infraconstitucional.
- C) O princípio tributário da legalidade, previsto no texto constitucional, não permite a instituição ou a majoração dos tributos sem lei anterior que o estabeleça, constituindo uma das exceções a esse princípio a alteração de alíquota dos impostos aduaneiros e da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a formulação e importação de combustíveis.
- D) Os impostos de caráter pessoal serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sempre que possível, consagrando a aplicação do princípio da capacidade contributiva no sistema constitucional tributário brasileiro.

Questão 39

Considerando as normas gerais de direito tributário previstas no Código Tributário Nacional, é **CORRETO** afirmar que

- A) a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo dos tributos não constitui majoração, sendo, portanto, dispensada a lei nessa hipótese.
- B) a lei pode estabelecer a instituição, a majoração ou a extinção dos tributos, mas ato do executivo poderá prever a exclusão ou suspensão dos créditos tributários.
- C) o empréstimo compulsório, o imposto residual e o extraordinário são de competência exclusiva da União Federal e deverão ser instituídos por lei complementar.
- D) os tratados e as convenções internacionais não revogam a legislação interna e serão observados pela que sobrevinha a eles.

Questão 40

Considerando a legislação tributária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A legislação tributária que dispensa o cumprimento das obrigações tributárias acessórias deverá sofrer interpretação literal.
- B) A lei se aplica a ato ou fato pretérito quando ela for expressamente interpretativa.
- C) A lei concessiva de isenção deve ser interpretada teleologicamente, buscando a finalidade da sua instituição e respectivos aspectos históricos.
- D) A lei tributária não pode alterar as definições, o conteúdo e o alcance de conceitos de direito privado estabelecidos no texto constitucional.

Questão 41

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas às Obrigações Tributárias, previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar negócios jurídicos, mesmo que estes tenham a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.
- B) A obrigação acessória tem por objeto prestações positivas ou negativas e a sua não observância acarreta a conversão desta em obrigação principal.
- C) O pagamento do crédito tributário será objeto da obrigação principal se oriundo da exigência de tributo e será objeto da obrigação acessória se oriundo da multa pelo não pagamento de tributo.
- D) O texto constitucional assegura a possibilidade de cobrança de tributo cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, vedada a restituição na hipótese de não se consumir o fato gerador.

Questão 42

Considerando-se a responsabilidade tributária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O sujeito ativo da obrigação tributária não fará jus à denúncia espontânea, caso esta tenha sido realizada após o início de qualquer procedimento administrativo.
- B) Os adquirentes de bens móveis são pessoalmente responsáveis pelos tributos relativos aos bens adquiridos.
- C) Os diretores das pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelas obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- D) Os tabeliães ou escrivães, que agirem com omissão, devem ser responsabilizados pelos tributos devidos sobre os atos praticados perante eles.

Questão 43

Considerando as imunidades tributárias, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos impede que eles auferam resultado positivo no exercício de sua atividade econômica.
- B) A imunidade recíproca pode ser inferida do princípio federativo, uma vez que proíbe a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços de um ente em relação ao outro.
- C) As imunidades ampliam as competências tributárias dos entes federados.
- D) O texto constitucional prevê a imunidade para os templos de qualquer culto, mas a limita, expressamente, à materialidade do edifício.

Questão 44

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas ao ato de lançamento, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e se rege pela lei então vigente.
- B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e se rege pela lei vigente na data em que o lançamento for efetuado.
- C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e se rege pela lei vigente na data do pagamento da obrigação tributária.
- D) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e se rege pela lei vigente na data da inscrição do débito em dívida ativa.

Questão 45

Considerando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é **CORRETO** afirmar que

- A) a liminar suspende a exigibilidade do crédito tributário quando concedida na ação de mandado de segurança, o que não ocorre quando concedida em outros tipos de ação.
- B) a suspensão do crédito tributário oriundo da obrigação principal derivada da exigência de tributo dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dela decorrentes.
- C) a transação é causa de suspensão do crédito tributário.
- D) as regras relativas à moratória se aplicam subsidiariamente ao parcelamento do crédito tributário.

Questão 46

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas ao instituto da decadência, previstas no Código Tributário Nacional, é **CORRETO** afirmar que a contagem de seu prazo ocorre a partir

- A) da data da inscrição do crédito tributário no livro de registro da Dívida Ativa.
- B) da data da interposição do último recurso administrativo.
- C) da ocorrência do fato gerador nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação.
- D) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação em que se verificou pagamento parcial do crédito tributário.

Questão 47

Considerando as normas gerais relativas à exclusão, às garantias e aos privilégios do crédito tributário, previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A anistia poderá ser concedida em caráter geral ou limitadamente, sendo certo que, neste último caso, ela deverá ser efetivada por despacho da autoridade administrativa, despacho este que não gera direito adquirido.
- B) A isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão, mas a lei poderá dispor em contrário.
- C) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou acidente de trabalho.
- D) Os créditos quirografários na falência preferem aos créditos tributários.

Questão 48

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas à Administração Tributária, previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **INCORRETA**

- A) A ausência do número do processo administrativo de que se originou o crédito tributário é causa de nulidade de sua inscrição em dívida ativa.
- B) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, mas não tem o efeito de prova pré-constituída.
- C) A Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá prestar mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos, na forma estabelecida por lei ou convênio.
- D) As empresas de administração de bens são obrigadas a prestar informações à autoridade administrativa, mediante intimação escrita, em relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

Questão 49

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas à Obrigação Tributária, previstas no Código Tributário Nacional, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a irregularidade no lançamento do crédito tributário pode ser objeto de revisão de ofício pela administração fazendária, por meio de ato administrativo devidamente motivado.
- B) a modificação na interpretação da legislação tributária, quando onerosa ao sujeito passivo, não pode atingir fatos geradores já ocorridos.
- C) o fato gerador deve ser interpretado abstraindo-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo sujeito passivo.
- D) o sujeito ativo da obrigação tributária será uma pessoa jurídica de direito público, incluindo as autarquias, fundações e empresas públicas.

Questão 50

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas à sujeição passiva tributária, previstas no Código Tributário Nacional, é **CORRETO** afirmar que

- A) a capacidade tributária passiva dependerá da capacidade civil do sujeito passivo, tendo em vista a necessidade de manifestação válida da sua vontade.
- B) a certidão negativa de débito exonera o adquirente de bem imóvel de qualquer responsabilidade tributária relativa ao imposto incidente sobre o referido bem.
- C) a responsabilidade tributária ocorre nas situações expressamente estabelecidas em lei, quando o sujeito passivo realiza o fato gerador.
- D) a solidariedade na sujeição passiva poderá ocorrer entre o contribuinte e o responsável tributário ou entre contribuintes que tenham interesse comum no fato gerador, considerando a regra relativa ao benefício de ordem.

Questão 51

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas ao crédito tributário, previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A apuração do crédito tributário pela modalidade do arbitramento deverá ser realizada pelo sujeito passivo na hipótese da inidoneidade dos documentos e declarações prestadas ao fisco.
- B) A revisão do ato de lançamento de ofício, pelo fisco, dependerá da não extinção do crédito tributário, sob pena de nulidade do ato administrativo.
- C) O ato de lançamento é privativo da autoridade administrativa, uma vez que se refere aos deveres que lhe são atribuídos na condição de sujeito ativo da obrigação tributária, tais como a apuração da ocorrência do fato gerador e a quantificação do crédito tributário.
- D) O tributo submetido ao lançamento por declaração prescinde da prévia declaração do sujeito passivo da obrigação tributária, objetivando permitir ao fisco a verificação da ocorrência do fato gerador e a apuração do crédito tributário, se for o caso.

Questão 52

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas à extinção do crédito tributário, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A consignação em pagamento deverá ser realizada pelo sujeito passivo na respectiva ação judicial, quando deverá depositar o valor integral do tributo que pretende recolher, diante da injusta recusa do fisco ao condicionar sua quitação ao cumprimento de uma obrigação acessória.
- B) A decisão judicial transitada em julgada poderá ser revista, mesmo após esgotado o prazo para o ajuizamento da ação rescisória, quando contrária à interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao texto constitucional.
- C) A distribuição da ação de execução fiscal interrompe a contagem do prazo prescricional, uma vez inexistente a inércia do sujeito ativo da obrigação tributária.
- D) A remissão do crédito tributário poderá ser concedida pelo ente federado na hipótese de constatada a dificuldade econômica do sujeito passivo, quando existente expressa autorização na respectiva lei ordinária.

Questão 53

Considerando as normas gerais de direito tributário relativas à Administração Tributária, previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A atualização monetária do crédito tributário, bem como a incidência dos juros de mora, não retiram a liquidez do título executivo extrajudicial, permanecendo válida a certidão de dívida ativa.
- B) A certidão positiva com efeito de negativa poderá ser concedida pela administração fazendária quando identificada a existência de patrimônio suficiente à satisfação do crédito tributário.
- C) A inscrição do crédito tributário em dívida ativa poderá ser objeto de divulgação pela administração fazendária, inclusive no que se refere ao seu montante, considerando a publicidade do seu registro.
- D) O registro da origem e fundamentação legal do crédito tributário no momento de sua inscrição em dívida ativa é imprescindível para a emissão válida da certidão de dívida ativa, que deve espelhar o mesmo requisito, permitindo ao sujeito passivo o regular exercício de seu direito fundamental à ampla defesa.

Questão 54

Considerando a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, as normas gerais e o texto constitucional no que se refere ao ICMS, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A responsabilidade classificada como substituição tributária pode ocorrer nas situações em que o produtor aliena a mercadoria para o comerciante, devidamente cadastrado no Estado de Minas Gerais, sendo este considerado o terceiro designado pela legislação tributária como responsável pelo recolhimento do ICMS devido nessa operação, excluindo o dever jurídico do vendedor, que promoveu a saída da mercadoria.
- B) A saída de mercadoria, em operação interna, destinada aos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, suas fundações, autarquias e empresas públicas, submete-se à incidência do ICMS.
- C) O contribuinte substituído na modalidade da responsabilidade por substituição tributária tem o direito à restituição do valor do imposto pago antecipadamente, quando ainda não consumado o fato gerador, na hipótese da base de cálculo presumida utilizada para a apuração do imposto ter sido superior ao preço efetivo de venda da mercadoria.
- D) O ICMS incide sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre, gratuito ou utilizada mediante remuneração, tendo em vista a imunidade prevista no texto constitucional.

Questão 55

Considerando a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, as normas gerais e o texto constitucional no que se refere aos tributos estaduais, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A alíquota do IPVA poderá ter seu mínimo fixado pelo Senado Federal, considerando a possibilidade de os Estados membros da federação utilizarem alíquotas diferenciadas pela função, utilização e valor do veículo, como se verifica no Estado de Minas Gerais.
- B) A base de cálculo do ICMS, nas operações realizadas no próprio Estado, é o valor da operação, compreendido o montante dos serviços, casos estes não se encontrem submetidos à incidência do ISSQN, sendo que o montante do próprio imposto integra sua base de cálculo.
- C) O ITCD deverá ser recolhido ao Estado membro da federação em que ocorrer a tramitação do processo de inventário ou a partilha extrajudicial, considerando o valor venal correspondente à integralidade de seus bens móveis e imóveis, sendo que o Senado Federal poderá fixar a alíquota máxima a ser observada.
- D) Os Estados membros da federação poderão estabelecer a lista com as mercadorias que se submetem à exoneração da incidência do ICMS na exportação, bem como a forma e limites quanto ao aproveitamento do crédito oriundo das operações internas antecedentes.

Questão 56

Considerando a legislação tributária vigente no Estado de Minas Gerais, nas normas gerais e no texto constitucional, com relação processo tributário administrativo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A fase contenciosa do processo tributário administrativo deverá observar o princípio do contraditório, permitindo a cada parte o acesso à manifestação da outra, em simétrica paridade.
- B) O direito à realização de provas no processo tributário administrativo, com o objetivo de aplicar o princípio da verdade material, é realizado em consonância com a conveniência da Administração Fazendária.
- C) O princípio da ampla defesa aplica-se aos processos administrativos e judiciais, restando garantido ao administrado o direito de se contrapor aos atos administrativos tributários de lançamento.
- D) O procedimento tributário administrativo deverá ser pautado no princípio do devido processo legal, assegurando ao administrado a certeza quanto à seqüência ordenada dos atos a serem realizados.

Questão 57

Considerando o texto constitucional e as normas gerais relativas ao Direito Financeiro, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A concessão de crédito presumido de imposto, assim como a redução da base de cálculo, acarretam a diminuição da receita tributária, sendo ambos os institutos considerados como renúncia fiscal para os fins de cumprimento do equilíbrio orçamentário e financeiro do ente federado.
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, de acordo com o princípio constitucional que orienta o equilíbrio orçamentário, bem como estabelecer em seu anexo a estimativa e compensação da renúncia de receita.
- C) O ente federado que não institui os tributos de sua competência constitucional, tendo em vista a observância do equilíbrio orçamentário e financeiro oriundo de outras fontes de receita, não deverá receber transferências voluntárias de recursos provenientes de outros entes federados.
- D) O investimento com prazo superior a um exercício fiscal deverá estar previsto na Lei do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, restando à Lei Orçamentária a previsão de crédito com dotação ilimitada para este fim.

Questão 58

Considerando o texto constitucional e as normas gerais relativas ao Direito Financeiro e à repartição de receitas tributárias, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A arrecadação decorrente da retenção do imposto incidente sobre a renda nos rendimentos pagos a qualquer título pelos Estados e pelo Distrito Federal pertence aos respectivos entes federados, responsáveis pela retenção, assim como os realizados pelas autarquias, fundações públicas e empresas públicas.
- B) O crédito extraordinário poderá ser aberto na lei orçamentária mediante a sua alteração por meio da publicação de medida provisória editada para esse fim, objetivando atender as despesas imprevisíveis e urgentes.
- C) Os entes federados não podem realizar operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as operações efetivadas via créditos suplementares ou especiais, mediante lei aprovada com quorum de maioria absoluta.
- D) Os Municípios receberão repasses correspondentes a 50% do IPVA, relativo aos veículos licenciados em seu território, bem como a 25% do repasse constitucional da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, recebido pelos Estados, sendo que ambos os recursos são repassados pelos Estados membros da federação.

Questão 59

Considerando o Código de Defesa do Contribuinte aprovado pelo Estado de Minas Gerais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O Código de Defesa do Contribuinte tem por intuito assegurar a cooperação e o respeito mútuo no desenvolvimento da relação jurídica tributária, no âmbito do processo tributário administrativo, observando o princípio da boa fé aplicável ao direito tributário.
- B) A fiscalização deverá estar acompanhada de mandado judicial para realizar a busca de documentos e mercadorias nos locais que não se caracterizem como estabelecimento, podendo, no entanto, caso não tenha a ordem judicial, lacrar móveis e equipamentos que possam guardar dados de seu interesse, para solicitar posterior exibição judicial.
- C) A repartição fazendária poderá excluir os créditos tributários já prescritos da dívida ativa, desde que requisitado pelo sujeito passivo da obrigação tributária por meio de simples petição.
- D) O Estado de Minas Gerais não poderá instituir tributos diferenciados em razão da origem e do destino do bem, além de não poder favorecer qualquer Município, observando rigorosamente os princípios tributários previstos no texto constitucional.

Questão 60

Considerando as normas sancionatórias do direito tributário, de natureza cível ou penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A não entrega de declaração tributária obrigatória pelo contribuinte, classificada como obrigação acessória, constitui ilícito tributário passível de aplicação de multa de natureza pecuniária.
- B) A entrega de declaração inexata ao fisco, consignando como devido valor de crédito tributário inexistente, acarreta seu enquadramento como fato típico penal, submetendo-se à pena máxima e mínima estabelecida na legislação vigente.
- C) O servidor público que patrocinar interesse do sujeito passivo perante a repartição fazendária, diante da sua condição de funcionário, poderá incorrer na pena de reclusão de um a quatro anos e multa.
- D) A alienação de patrimônio pelo sujeito passivo, após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, é considerada nula na hipótese de não subsistirem outros bens suficientes à satisfação do crédito tributário.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.